Em memória das vítimas, Detran-RO mobiliza população por um trânsito mais humano



Em alusão ao Dia Mundial em Memória das Vítimas do Trânsito, celebrado neste ano em 15 de novembro, o Departamento Estadual de Trânsito de Rondônia (Detran-RO) realiza uma programação especial voltada à conscientização da sociedade sobre os impactos da violência no trânsito e a importância de escolhas responsáveis para preservar vidas. **Página 03**

Letramento digital precisa vir antes de uso da IA, diz Unesco Página 05

A Gazeta de Rondônia

32 Anos

agazetaderondonia.com.br

Aponte a câmera do seu celular e acesse todo conteúdo na edição online

Ano XXXIII – Nº 5155 - Rondônia, sexta-feira, 13 de Novembro de 2026 DIRETOR PRESIDENTE José Erisvaldo dos Santos Sousa Rondônia R$ 1,50 - outros estados R$ 3,00

Apreensão de 1,2 tonelada de drogas atinge esquema criminoso na fronteira de Rondônia

Operação em Guajará-Mirim mobilizou forças de segurança estaduais e federais Página 07

5

Projeto quer retirar R$ 10,5 bi em subsídios ao diesel da meta fiscal



Foto: Divulgação



Ezequiel Neiva amplia investimentos e fortalece trabalho dos agricultores de Machadinho do Oeste

A Associação do Grupo União de Produtores (Assogrupor) recebeu na última terça-feira (10) um novo trator agrícola para fortalecer as atividades dos produtores rurais da LJ-03 em Machadinho do Oeste. Adquirido pelo valor de R$ 324.500,00, o equipamento foi viabilizado por meio de emenda de comissão paga, destinada pelo deputado estadual Ezequiel Neiva (PL). A ação conta com o apoio dos vereadores João Carlos e Reginaldo Batista, além dos colaboradores Abrahãozinho e Celso Coelho.

O novo trator representa um reforço para a mecanização das atividades agrícolas, oferecendo melhores condições de trabalho aos associados e contribuindo para o aumento da capacidade produtiva. Com o equipamento, os agricultores terão mais suporte para preparar o solo, desenvolver suas lavouras e fortalecer a produção rural no município.

Este é o segundo equipamento disponibilizado por meio das ações do deputado Ezequiel Neiva para atender a Assogrupor. Anteriormente, a associação já havia recebido uma grade aradora, ampliando a estrutura disponível para os trabalhos no campo.

O presidente da associação, Roberto Carvalho, destacou a importância do cumprimento do compromisso assumido pelo parlamentar e a satisfação dos produtores com a chegada do equipamento. “Esse é um implemento que o deputado já tinha disponibilizado para nós. Foi um pouco demorado, mas o que ele prometeu, ele cumpriu. É uma satisfação para nós, e está aí a prova de que o trator já está aqui”, destacou.



Roberto também ressaltou que a parceria com o deputado tem proporcionado benefícios concretos para os agricultores associados e manifestou o interesse em dar continuidade à busca por novos investimentos. “Temos tido uma experiência com ele nos ajudando aqui como deputado e, graças a Deus, aquilo que ele prometeu tem cumprido. Agradeço ao deputado e vamos estar juntos com o Wiveslando Neiva futuramente para buscar mais implementos para nossa associação, para que os nossos produtores possam ter um bom desempenho na agricultura e na lavoura”, frisou.

Para Ezequiel Neiva, a chegada do trator representa mais uma etapa do trabalho desenvolvido para fortalecer a produção agrícola em Machadinho do Oeste. O parlamentar destacou que os investimentos destinados às associações rurais têm como objetivo proporcionar melhores condições de trabalho aos agricultores e ampliar as oportunidades de crescimento no campo.

“Tenho um compromisso muito grande com os produtores rurais de Rondônia. Sei das dificuldades enfrentadas por quem trabalha na agricultura e entendo que garantir maquinário e implementos é fundamental para melhorar as condições de produção. Esse trator chega para fortalecer a Assogrupor, ajudar os agricultores no preparo da terra e contribuir diretamente para o desenvolvimento da agricultura em Machadinho do Oeste”, afirmou.

O deputado também ressaltou a importância de continuar destinando recursos para a agricultura familiar, reconhecendo o papel das famílias que vivem e trabalham no campo. “Nosso trabalho é olhar para quem produz e criar condições para que essas famílias possam continuar trabalhando, aumentando sua produção e garantindo renda. Cada equipamento que conseguimos levar para uma associação representa mais estrutura, mais oportunidades e um passo importante para assegurar um futuro melhor às famílias que dependem da agricultura. Vamos continuar trabalhando para que os benefícios cheguem a quem realmente precisa”, acrescentou Ezequiel Neiva.

O deputado estadual eleito Wiveslando Neiva (PL) também destacou a importância dos investimentos destinados pelo parlamentar e reafirmou o compromisso com o fortalecimento do setor produtivo rural. “Quero reconhecer o trabalho que o deputado Ezequiel Neiva vem desenvolvendo em favor dos produtores rurais. A mecanização é fundamental para melhorar o desempenho das atividades agrícolas, reduzir as dificuldades enfrentadas pelos agricultores e ampliar a capacidade de produção. Vamos trabalhar para dar continuidade a esse compromisso, buscando novos equipamentos e investimentos que fortaleçam as associações, gerem oportunidades e garantam emprego e renda no campo”, pontuou.

A entrega oficial do trator deverá ser marcada para os próximos dias, em um encontro do deputado estadual Ezequiel Neiva com os produtores rurais associados à Assogrupor.

Texto e fotos: Alexandre Almeida I Secom ALE/RO

Alero aprova projeto de Delegado Camargo que institui o Dia Estadual do Rosário em Rondônia

A Assembleia Legislativa de Rondônia (Alero) aprovou, nesta terça-feira (10), o projeto de lei de autoria do deputado estadual Delegado Camargo que institui o Dia Estadual do Rosário, a ser celebrado anualmente em 7 de outubro.

A proposta busca reconhecer e valorizar uma das mais tradicionais práticas de oração da fé cristã, especialmente presente na vida de milhares de católicos em Rondônia.

O Rosário é uma expressão de fé que reúne oração, reflexão e devoção, mantendo uma tradição transmitida ao longo de gerações. Para muitas famílias, grupos religiosos e comunidades, a prática também representa um momento de união e fortalecimento espiritual.

Com a aprovação do projeto, Rondônia passa a reconhecer oficialmente a importância dessa tradição religiosa, valorizando a liberdade de fé e as manifestações que fazem parte da história e da cultura de sua população.

Para o deputado Delegado Camargo, autor da proposta, o reconhecimento do Dia Estadual do Rosário representa também uma forma de valorizar a fé presente na vida de tantas famílias rondonienses.

“Para milhares de pessoas, o Rosário é um momento de oração, de encontro com Deus e de fortalecimento da fé. Esse projeto reconhece uma tradição que está presente na vida de muitas famílias e comunidades do nosso estado. Como cristão e católico, tenho a alegria de defender e valorizar aquilo que faz parte da nossa fé”, afirmou o deputado.

Na tradição católica, o Rosário é uma oração dedicada à contemplação dos principais momentos da vida de Jesus Cristo, conhecidos como mistérios. Por meio de orações como o Pai-Nosso e a Ave-Maria, os fiéis são convidados à reflexão sobre a fé, a vida de Cristo e o papel de Maria na história cristã.

Mais do que uma prática individual, a oração do Rosário também está presente em famílias, grupos de oração e comunidades, sendo uma tradição transmitida entre gerações e mantida por milhões de católicos em todo o mundo.

A aprovação do projeto representa mais uma iniciativa de Delegado Camargo voltada ao reconhecimento e à valorização das tradições religiosas em Rondônia.

Texto e fotos: Assessoria parlamentar



Em memória das vítimas, Detran-RO mobiliza população por um trânsito mais humano

Em alusão ao Dia Mundial em Memória das Vítimas do Trânsito, celebrado neste ano em 15 de novembro, o Departamento Estadual de Trânsito de Rondônia (Detran-RO) realiza uma programação especial voltada à conscientização da sociedade sobre os impactos da violência no trânsito e a importância de escolhas responsáveis para preservar vidas.

Instituída pela Organização das Nações Unidas (ONU), a data é lembrada anualmente no terceiro domingo de novembro e presta homenagem às vítimas fatais de sinistros de trânsito, além de reconhecer a dor enfrentada por familiares, amigos e profissionais que convivem com as consequências dessas ocorrências.

SENSIBILIZAÇÃO DA SOCIEDADE

Ao longo do mês, especialmente às quartas e sextas-feiras, equipes do Detran-RO promovem intervenções educativas em pontos considerados críticos para a ocorrência de sinistros em diversos municípios do estado. As ações incluem orientações ao público e distribuição de mensagens com QR Code que direcionam para um ambiente virtual com relatos reais de pessoas impactadas pela violência no trânsito.

No domingo (15), data que marca o Dia Mundial em Memória das Vítimas do Trânsito, Porto Velho receberá uma programação especial com ações educativas e dramatizações que objetivam sensibilizar a população sobre os riscos da imprudência.

As atividades serão realizadas em locais de maior circulação, como o Espaço Alternativo, Parque Circuito, Mercado Central, Feira do Cai N'Água, pontos de ônibus e cruzamentos semaforizados da capital.

Para o diretor da Escola Pública de Trânsito (EPTran), Talysson Bezerra, a conscientização continua sendo uma das ferramentas mais eficazes para reduzir sinistros e preservar vidas. "Quando levamos informação e promovemos a reflexão, estamos contribuindo para formar cidadãos mais conscientes. A educação para o trânsito tem o poder de transformar comportamentos e evitar que novas famílias sejam atingidas pela dor causada pela violência viária."

O diretor-geral do Detran-RO, Sandro Rocha, ressaltou que a mobilização reforça o papel do órgão na construção de um trânsito mais seguro. "Trabalhamos diariamente para salvar vidas por meio da educação, da conscientização e da promoção de atitudes responsáveis. Esta campanha nos lembra que cada escolha no trânsito pode fazer a diferença entre a vida e a morte."

Texto: Jarlana Davy
Fotos: Rafael Mascarenhas
Secom - Governo de Rondônia

EXPEDIENTE

DIRETOR PRESIDENTE
José Erisvaldo dos Santos Sousa
(69) 98504-7977

ADMINISTRATIVO
Said Neves Dourado
(69) 3311-3714

DIAGRAMAÇÃO
Valdinei Rodrigues Carvalho

DEPARTAMENTO COMERCIAL
(69) 3311-3714 - Dulce Salvador

A Gazeta de Rondônia Edição de Jornal EIRELI - Publicações Diárias
CNPJ: 14.515.552/0001-47 - Código ISSN: 2237-9878
Inscrição Estadual: 00000003993213

SEDE
Av. Castelo Branco, 20820 Sala 1 - Bairro Novo Horizonte - Cacoal - Rondônia
(Região Central do Estado) - CEP: 76.962-000 - Fone Geral: (69) 3311-3714

SUCURSAL PORTO VELHO
Rua Açaí, 5262 - Eldorado - CEP: 76.806-104 - Contato: 99234-8650

Mídia Distribuidora de Jornais - ME
BRASÍLIA - DISTRITO FEDERAL
E. SIBS. Quadra 02. Conj. B Lote 10

E-mail para matérias informativas:
agazetaderondonia@gmail.com

E-mail para publicações oficiais, editais, licenças ambientais e outros:
editalagazeta@gmail.com

Portal de Notícias
agazetaderondoniadigital.com.br

Filiado a:
AJD-RO Associação dos Jornais Diários Impressos do Estado de Rondônia

Renegociação de dívidas rurais é aprovada pelo Senado e vai à sanção presidencial

Produtores rurais prejudicados por eventos climáticos extremos entre 2019 e 2025 poderão renegociar suas dívidas com taxas entre 5% e 12% ao ano. A regra está na MP 1.376/2026, aprovada pelo Senado nesta quarta-feira (11). O texto foi aprovado com mudanças, na forma do projeto de lei de conversão (PLV) 16/2026, e segue para a sanção.

A medida, que perderia a validade se não fosse aprovada nesta quarta-feira, foi votada na terça pela comissão mista e depois pela Câmara dos Deputados. O texto aprovado foi o substitutivo do relator, deputado Paulo Pimenta (PT-RS), que ampliou o leque de beneficiários e prorrogou de maio para outubro deste ano a data de referência das dívidas que poderão ser renegociadas.

Durante a análise no Plenário, o presidente do Senado, Davi Alcolumbre, atendeu a requerimentos de senadores para retirar do texto temas sem relação com a MP original, considerados "jabutis". Esses trechos, sobre cigarros eletrônicos (vapes), free shops e dívidas imobiliárias, haviam sido inseridos pela Câmara dos Deputados.

— Nenhum dos três artigos apresenta relação direta com a finalidade original da medida provisória, que é prestar socorro financeiro aos produtores rurais — disse o presidente do Senado, que classificou as inclusões como “matérias absolutamente estranhas ao objeto original”.

Beneficiados

As regras valem para produtores e cooperativas prejudicados por duas ou mais quebras de safras devido a eventos climáticos extremos como enxurradas, alagamentos, chuvas intensas, tornados, geadas e estiagens. Terão acesso à renegociação produtores cujas perdas tenham provocado redução de, no mínimo, 30% da renda bruta agropecuária esperada para a safra ou atividade financiada pelo empréstimo a ser renegociado.

Uma das últimas mudanças pelo Congresso alterou esse percentual de perda da renda bruta para 25% em áreas da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco).

Também será possível refinanciar perdas de receita por redução dos preços de comercialização dos produtos agropecuários financiados.

Mudança feita durante a análise na comissão mista permite a agricultores familiares e médios produtores atendidos pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e pelo Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (Pronamp) a apresentação de laudos técnicos coletivos para comprovar as perdas em uma região e em uma atividade, em vez de contratar um documento individual.

Novos prazos

O prazo de contratação, que originalmente era de 120 dias da publicação da MP (até 12 de novembro), passou para 120 dias depois da regulamentação da lei gerada pela medida.

Durante os primeiros dois anos, prazo de carência, o devedor pagará apenas os juros. Após esse prazo, começam a ser cobrados também os valores do principal da dívida com prazo de até 8 anos para a quitação.

Para produtores com perdas maiores — em três ou mais safras e que tenham resultado na redução de, no mínimo, 40% da renda esperada (ou 35% nas áreas da Sudam, Sudene ou Sudeco) — prazo para quitação pode chegar a dez anos.

Taxas

As taxas e os limites de refinanciamento das dívidas variam de acordo com o porte do produtor e são cumulativos por mutuário, ou seja, a soma de todos os empréstimos em renegociação em uma ou mais instituições deve se encaixar no total.

agricultores familiares enquadrados no Pronaf : até R$ 400 mil, com taxa de 6% ao ano;

miniprodutores, pequenos e médios produtores rurais enquadrados no Pronamp: até R$ 2 milhões para os com taxa de 9% ao ano;

demais produtores: até R$ 4 milhões, com taxa de 12% ao ano.

As taxas de juros e limites também serão diferenciados no caso de perdas mais severas:

agricultores familiares enquadrados no Pronaf : até R$ 500 mil, com taxa de 5% ao ano;

miniprodutores, pequenos e médios produtores rurais enquadrados no Pronamp: até R$ 2,5 milhões para os com taxa de 8% ao ano;



demais produtores: até R$ 8 milhões, com taxa de 11% ao ano.

Para dívidas que estejam acima desses limites, a MP permite a contratação de outra operação de crédito, porém com juros maiores.

Já no caso de empréstimos ligados aos fundos constitucionais o texto determina o uso das regras desses fundos sobre risco, taxas de juros e limites de crédito. As regras de MP valerão no caso de prazo de amortização, carência e prazo para contratar a operação.

Recursos

O dinheiro para bancar os juros subsidiados virá de recursos obrigatórios que os bancos devem direcionar ao crédito rural, como parte do investido por clientes na Poupança Rural e na compra de Letras de Crédito do Agronegócio (LCA). Também serão utilizados recursos de equalização de taxas de juros, dentro de limites fixados pelo Ministério da Fazenda e da disponibilidade orçamentária.

Já no caso de empréstimos vinculados a projetos financiados pelos fundos constitucionais de financiamento do Norte (FNO), do Nordeste (FNE) e do Centro-Oeste (FCO), os encargos serão suportados pelos fundos.

O risco de crédito (não pagamento) será das instituições financeiras.

Discussão

Durante a discussão do texto, senadores declararam voto favorável, mas classificaram o texto como "paliativo". Eles cobraram a aprovação de outros projetos com soluções para as dívidas dos produtores ruais, como o PL 5.122/2023, aprovado com alterações pelo Plenário do Senado em junho e remetido de volta à Câmara.

— Essa medida provisória vai resolver neste momento, é só um paliativo, não vai resolver o problema definitivo. (...). E eu não vejo nenhuma saída para nós se não tivermos uma securitização para o setor do endividamento dos nossos produtores em 2027 — disse Jaime Bagattoli (PL-RO), com apoio do senador Luis Carlos Heinze (PP-RS).

A senadora Tereza Cristina (PP-MS) comemorou a aprovação e disse que a MP vai resolver especialmente os problemas de produtores menores. Ela afirmou que os ajustes feitos pelo Congresso melhoraram o texto e que a aprovação é apenas mais uam fase do fortalecimento da agricultura.

— Não é a solução definitiva. Precisamos do fundo garantidor, do seguro rural, de outras medidas para fazer essa agricultura pujante que nós temos no Brasil continuar crescendo; gerando emprego, renda e dignidade e ajudando a balança comercial brasileira — disse a senadora.

'Temas estranhos'

Os requerimentos para a exclusão de temas estranhos ao assunto original da MP foram feitos pelos senadores Alessandro Vieira (MDB-SE), Humberto Costa (PT-PE), Professora Dorinha Seabra (União-TO), Marcio Bittar (PL-AC) e Magno Malta (PL-ES) e assinados por outros senadores.

Foram excluídos artigos relativos a três temas:

submissão dos cigarros eletrônicos (vapes) e outros produtos do tabaco (extrato, adesivos ou comprimidos de nicotina) à regulação sanitária da Anvisa e permissão de cadastro simplificado para fabricação voltada à exportação;

dispensa de exigências administrativas e regulatórias de importação para os produtos a serem colocados à venda nos free shops de portos, aeroportos e fronteiras terrestres. Pelas regras, esses produtos serão equiparados à bagagem acompanhada do passageiro internacional;

prorrogação do prazo de pagamento das dívidas do antigo Sistema Financeiro da Habitação (SFH) de janeiro de 2027 e para janeiro de 2030.

A retirada dos temas estranhos ao texto, especialmente o relativo a cigarros eletrônicos, foi elogiada por diversos parlamentares. Humberto Costa e Magno Malta lembraram que os vapes são proibidos no Brasil. Para eles, o texto, da forma como havia sido construído, poderia colocar em risco a atual proibição total estabelecida pela Anvisa.

— Precisamos reafirmar a necessidade da proibição. Esses cigarros eletrônicos não são inofensivos. Eles podem conter nicotina, substâncias tóxicas e metais pesados. O uso de vapes expõe a população a riscos pulmonares e cardiovasculares. São doenças terríveis, que evoluem rapidamente — disse Humberto Costa.

Para as senadoras Damares Alves (Republicanos-DF) e Zenaide Maia (PSD-RN), a decisão do presidente do Senado salvou vidas.

— Juro para vocês que eu já vi jabuti de tema mais ou menos parecido com o original, mas cigarros eletrônicos em crédito rural, eu não sei qual foi a intenção. Em nome do Movimento Nacional Brasil sem Drogas, queremos te agradecer — disse Damares Alves a Davi Alcolumbre.

Fonte: Agência Senado

Projeto quer retirar R$ 10,5 bi em subsídios ao diesel da meta fiscal

A medida integra o pacote de ajuste fiscal apresentado ao Congresso Nacional nesta quarta-feira (11), por meio de um projeto de lei complementar protocolado pelo senador Jaques Wagner (PT-BA), mas elaborado pela equipe econômica do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Na prática, a proposta permite que o governo desconsidere esses gastos na avaliação do cumprimento da meta de resultado primário. Isso não significa, porém, que as despesas deixarão de existir. Os recursos continuarão sendo pagos e terão impacto sobre as contas públicas e a dívida do país.

O que muda?

Atualmente, as despesas com subsídios autorizadas por créditos extraordinários já ficam fora do limite regular de gastos do Orçamento, mas continuam entrando no cálculo da meta fiscal.

O projeto cria uma exceção para que até R$ 10,5 bilhões destinados à subvenção de produtores e importadores de diesel também sejam retirados dessa apuração.

Na prática:

O governo continuará pagando os subsídios;

Até R$ 10,5 bilhões ficarão fora do cálculo da meta fiscal;

Os gastos continuarão impactando as contas públicas.

A medida vale exclusivamente para o exercício financeiro de 2026 e depende da aprovação do Congresso.

Alta dos combustíveis

Os subsídios foram ampliados pelo governo para conter a alta dos combustíveis, pressionados pela valorização do petróleo no mercado internacional em meio à guerra no Oriente Médio.

Em setembro, o Executivo abriu R$ 6,6 bilhões em créditos extraordinários. Em outubro, autorizou outros R$ 7,5 bilhões, totalizando R$ 14,1 bilhões. Parte desse dinheiro, entretanto, também foi destinada a outros programas de subvenção.

A última prorrogação do benefício ocorreu em 27 de outubro, por mais 30 dias. O custo estimado para esse período é de aproximadamente R$ 10,5 bilhões.

Desde março, a política de contenção de preços também passou a contemplar medidas relacionadas à gasolina e ao etanol. Segundo estimativas do governo, o conjunto de subsídios e desonerações tributárias poderá custar cerca de R$ 60 bilhões em 2026.



Receita do petróleo

Para financiar os benefícios, o governo pretende utilizar o aumento da arrecadação relacionado à valorização do petróleo.

Segundo o Tesouro Nacional, a União deverá obter R$ 64,6 bilhões em receitas adicionais neste ano, provenientes de royalties, participações especiais, comercialização de petróleo e imposto de exportação.

Criado em março, o imposto de 12% sobre as exportações de petróleo arrecadou R$ 15,8 bilhões entre março e outubro. A previsão é chegar a aproximadamente R$ 22 bilhões até dezembro. A cobrança foi prorrogada até 31 de dezembro.

Pacote fiscal

Durante audiência na Comissão Mista de Orçamento (CMO), nesta quarta-feira, o ministro do Planejamento e Orçamento, Bruno Moretti, afirmou que o pacote de ajuste fiscal deverá ter impacto estimado em R$ 60 bilhões em 2027.

Entre as medidas previstas estão a revisão de benefícios tributários, a limitação de compensações de impostos e novas possibilidades de contenção de despesas.

A retirada dos subsídios ao diesel da meta fiscal, entretanto, é alvo de críticas de especialistas, que apontam o risco de enfraquecimento dos mecanismos de controle das contas públicas.

A proposta não representa economia de recursos, mas uma flexibilização da regra fiscal: o governo poderá realizar essas despesas sem que até R$ 10,5 bilhões sejam considerados na verificação do cumprimento da meta de 2026.

Fonte: Agencia Brasil

Letramento digital precisa vir antes de uso da IA, diz Unesco

A norma proíbe o uso de IA para estudantes dos primeiros anos da educação básica e orienta sobre o uso da ferramenta por alunos do ensino médio e superior e a utilização ética e adequada pelos professores.

Uma das organizações que ajudaram na elaboração do documento foi a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco). A coordenadora do setor de Educação da instituição no Brasil, Rebeca Otero, ressalta que um dos pontos principais da diretriz, que precisa ser observada pelas escolas, é o letramento digital dos estudantes.

"Antes de usar a IA, o estudante precisa desenvolver o pensamento crítico sobre a ferramenta. Entender como a IA funciona, como ela busca as informações, a confiabilidade das respostas, para que ele possa fazer suas próprias checagens. Por isso, é permitido o uso no ensino médio, porque entende-se que ele já teve ou deve ter esse aprendizado", diz.

Rebeca aponta outros pontos que merecem atenção dos professores e alunos, porque podem representar um risco se não forem monitorados. Um deles é a atenção aos vieses das respostas dadas pela inteligência artificial. Se elas partem de uma análise racista ou discriminatória, por exemplo.

Os alunos também precisam aprender a identificar fontes confiáveis, científicas. E ficar atentos à dependência excessiva da ferramenta. "A IA pode ser utilizada como apoio, mas a criação de um texto ou a resolução de um problema deve ser sempre do aluno", diz.

Proteção de dados

Outro aspecto que precisa ser observado pelas escolas, segundo a norma, é a proteção de dados dos alunos. Por isso, não é permitido inserir informações pessoais ou fotos dos estudantes, por exemplo, nas plataformas de IA.

"Ao colocar a inteligência artificial nas escolas, é preciso preparar os professores e também toda a instituição de ensino. Não só para a IA, mas todas as tecnologias para impedir que haja uso inadequado, vazamento de dados, ou utilização de uma tecnologia por crianças muito pequenas", diz Rebeca Otero.

Fonte: Agencia Brasil

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO N. 90017/2026/ TCE-RO - AMPLA PARTICIPAÇÃO
CONTRATAÇÃO N. 935002-93/2026

O Tribunal de Contas do Estado de Rondônia torna pública a abertura do certame licitatório na modalidade de Pregão, em sua forma eletrônica, tipo menor preço global, realizado no site: https://www.gov.br/compras/pt-br. O Edital está disponível para download gratuito nesse endereço e no Portal de Transparência do TCE-RO: https://transparencia.tce.ro.gov.br/transparenciatce/LicitacoesContratos/Licitacoes.

UASG: 935002. Processo: 006821/2025. Legislação regente: Lei Federal n. 14.133/2021.

OBJETO: Contratação de empresa para o fornecimento de Solução de Videowall, condições detalhadas no edital.

Data de realização: 30/11/2026, horário: 09h30min (horário de Brasília-DF).

Valor total estimado: R$ 211.890,74 (duzentos e onze mil oitocentos e noventa reais e setenta e quatro centavos).

Pregoeiro(a): NILSEIA KETES COSTA



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DE VILHENA
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 096/2026/EXCLUSIVO

A Prefeitura de Vilhena, por meio da CL (Decreto nº 66.804/2026), Processo nº 1770/2026/SEMFAZ, realizará licitação, na modalidade Pregão Eletrônico, critério de julgamento MENOR PREÇO POR ITEM. Objeto: Aquisição de monitor, bolsa transporte, mesa para reunião, cadeira, ar condicionado e mesas para escritório para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Fazenda – SEMFAZ conforme condições quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos. R$ 92.050,84 (Noventa e dois mil e cinquenta reais e oitenta e quatro centavos. Início da sessão: 02/12/2026 às 09h30min (horário de Brasília). O edital e todos os elementos encontram-se disponíveis no site da Prefeitura de Vilhena e Licitanet. Vilhena-RO,12/11/2026.

ELIAMAR MOREIRA DA SILVA PARDIM – PREGOEIRA

ESTADO DE RONDONIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MINISTRO ANDREAZZA
LEI DE CRIAÇÃO Nº372 13/02/92
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO SRP N° 039/PMMA/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1160/SEMOSP /2026

A Prefeitura Municipal de Ministro Andreazza/RO, torna público que se encontra instaurada a licitação, do tipo menor preço por item, a ser realizado no site www.licitanet.com.br, local onde se encontra disponível o Edital para download gratuito. Início da sessão: 26 de novembro de 2026, às 09h00min. (Brasília). OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE BATERIAS, CÂMARAS DE AR, DENTES, LÂMINAS, DISCOS E FILTROS DIVERSOS PARA A MANUTENÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS PESADOS E MÁQUINAS. O VALOR ESTIMADO: R$ 718.832,77 (setecentos e dezoito mil, oitocentos e trinta e dois reais e setenta e sete centavos). Informações pelo telefone 069-3448-2361 ou pelo e-mail e site: cpl@ministroandreazza.ro.gov.br; https://transparencia.ministroandreazza.ro.gov.br/portaltransparencia/licitacoes

Ministro Andreazza/RO, 12 de novembro de 2026.

Cleder de Camargo
Pregoeiro Oficial

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL
DE CACAULÂNDIA
AVISO DE JULGAMENTO DE IMPUGNAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 42/2026 —
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1-360/2026

O Município de Cacaulândia/RO, por meio da Pregoeira, torna público o julgamento da impugnação apresentada por Empresas F.L Ltda. ao edital do Pregão Eletrônico nº 42/2026, destinado ao registro de preços para gerenciamento da manutenção preventiva e corretiva da frota municipal.

A impugnação foi conhecida e os pedidos de suspensão da sessão e de alteração do edital foram indeferidos, conforme os fundamentos e esclarecimentos da decisão.

Fica mantida a sessão pública de 17 de novembro de 2026, às 10h, horário de Brasília, na Licitanet. A íntegra da decisão poderá ser consultada na plataforma e no sítio eletrônico oficial do Município.

Cacaulândia/RO, 12 de novembro de 2026.

Adrie Aparecida Biazatti Danieletto
Pregoeira

Estado de Rondônia
MUNICÍPIO DE NOVA UNIÃO
AVISO DE LICITAÇÃO
DISPENSA ELETRÔNICA SEM DISPUTA Nº. 50/2026

A Prefeitura Municipal de Nova União/RO, por intermédio da COMISSÃO DE LICITAÇÃO, torna público que realizará Dispensa Eletrônica de Licitação, com critério de julgamento MENOR PREÇO POR ITEM, sem disputa de preços, nos termos do Artigo 75, inciso II da Lei 14.133/2021, objetivando obter melhor proposta para Contratação de empresa seguradora autorizada a operar no mercado nacional para prestação de serviços de cobertura de seguro coletivo de acidentes pessoais destinado a até 70 (setenta) prestadores de serviço voluntário vinculados a programas e projetos da Administração Pública Municipal de Nova União/RO, observadas as datas e horários discriminados abaixo:

DATA DE ABERTURA DA SESSÃO: 18 de novembro de 2026

Horário de Abertura do Certame: 9h00min (Horário de Brasília).

As propostas poderão ser enviadas até a data e horário limite da ABERTURA da Sessão.

Valor total estimado: R$ 19.513,20

LOCAL: https://licitanet.com.br

A retirada do Edital da Dispensa Eletrônica poderá ser efetuada nos sites do Licitanet: https://www.licitanet.com.br, no PNCP: https://pncp.gov.br/app/editais ou no Portal da Transparência do Município: “https://transparencia.novauniao.ro.gov.br/transparencia”.

Nova União/RO, 12 de novembro de 2026.

Nilton Cesar Moreira
Pregoeiro/Agente de Contratação

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL
DE CACAULÂNDIA
AVISO DA LICITAÇÃO DO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 47/2026
PROCESSO Nº 2-77/2026

O Município de Cacaulândia/RO, por meio da pregoeira, comunica aos interessados que realizará o Pregão Eletrônico nº 47/2026 pelo portal Licitanet. O edital e seus anexos estão disponíveis em https://licitanet.com.br/ e https://cacaulandia.ro.gov.br/. Informações pelo telefone (69) 99274-5854 ou pelo e-mail pregao.cacaulandia@gmail.com. O objeto da licitação é o registro de preços para futura e eventual aquisição de fraldas geriátricas descartáveis, nos tamanhos M, G e EG, e álcool etílico 70% em solução, acondicionado em frasco de 1 litro. A sessão pública será realizada às 10h do dia 25 de novembro de 2026, no horário de Brasília. O valor total estimado é de R$ 26.840,80 (vinte e seis mil, oitocentos e quarenta reais e oitenta centavos). O critério de julgamento é o menor preço por item. O modo de disputa é aberto e a participação é exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte (ME/EPP).

Cacaulândia/RO, 12 de novembro de 2026

Adrie Aparecida Biazatti Danieletto
Pregoeira

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS
AVISO DE CREDENCIAMENTO
ELETRÔNICO Nº 004/2026/SLC
PROCESSO N.º 2762/SEMUSA/2026

O Município de Buritis-RO, através da sua agente de contratação pelo Decreto Nº. 16631/GAB/PMB/2026, torna pública a realização do CREDENCIMENTO. Tendo como objeto: Credenciamento de pessoas jurídicas especializadas no ramo óptico, com seleção da credenciada pelo responsável legal da criança beneficiária, para o fornecimento individualizado, sob demanda, de óculos corretivos infantis completos, destinados às crianças da rede pública municipal de educação previamente reguladas e autorizadas pela SEMUSA por meio do SISREG no Município de Buritis/RO. Valor estimado: R$ 119.924,74 (cento e dezenove mil, novecentos e vinte e quatro reais e setenta e quatro centavos). Início do credenciamento será do dia 12/11/2026 até o dia 12/11/2027, endereço www.licitanet.com.br (LICITANET). Obtenção gratuita do edital nos endereços eletrônicos: www.gov.br/pncp, www.licitanet.com.br, http://www.buritis.ro.gov.br ou diretamente na prefeitura no endereço: Rua São Lucas, nº 2476, setor 06. Telefone: (69) 9 9991-2637 no Horário: 07h30 às 13h30 ou por solicitação via e-mail cpl@buritis.ro.gov.br.

Buritis – RO, 12 de novembro de 2026.

Verônica da Silva Apolinário
Agente de Contratação

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL
DE CACAULÂNDIA
AVISO DE JULGAMENTO DE IMPUGNAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 42/2026 —
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1-360/2026

O Município de Cacaulândia/RO, por meio da Pregoeira, torna público o julgamento da impugnação apresentada por Trivale Instituição de Pagamento Ltda. (Valecard) ao edital do Pregão Eletrônico nº 42/2026, destinado ao registro de preços para gerenciamento da manutenção preventiva e corretiva da frota municipal.

A impugnação foi conhecida e os pedidos de alteração dos prazos e das condições de pagamento previstos no edital e no Termo de Referência foram indeferidos, conforme os fundamentos e esclarecimentos da decisão.

Fica mantida a sessão pública de 17 de novembro de 2026, às 10h, horário de Brasília, na Licitanet. A íntegra da decisão poderá ser consultada na plataforma e no sítio eletrônico oficial do Município.

Cacaulândia/RO, 12 de novembro de 2026.

Adrie Aparecida Biazatti Danieletto
Pregoeira

A Gazeta de Rondônia
Edições Diárias

Apreensão de 1,2 tonelada de drogas atinge esquema criminoso na fronteira de Rondônia

Uma apreensão de 1.250 quilos de drogas em uma terra indígena de Guajará-Mirim, na fronteira de Rondônia com a Bolívia, interrompeu uma operação logística do tráfico de entorpecentes na região. A carga foi localizada nesta terça-feira (10), durante uma ação integrada de fiscalização ambiental coordenada pela Polícia Federal, no âmbito da Operação Madeira-Mamoré.

A quantidade apreendida, equivalente a 1,25 tonelada, representa um volume expressivo de entorpecentes retirado de circulação e um possível prejuízo para os grupos criminosos responsáveis pelo armazenamento e transporte da droga. A localização do material em uma área de difícil acesso também evidencia os desafios enfrentados pelas forças de segurança no combate às atividades ilícitas na região de fronteira.

Guajará-Mirim ocupa uma posição estratégica na divisa entre Brasil e Bolívia, território que exige vigilância permanente diante das rotas utilizadas pelo tráfico internacional de drogas. A proximidade com o país vizinho amplia a importância das operações de fiscalização e repressão ao crime organizado. Entretanto, a Polícia Federal ainda não confirmou a procedência dos entorpecentes apreendidos nem divulgou informações sobre o destino que a carga teria.

Para alcançar o ponto onde a droga estava localizada, as equipes contaram com uma aeronave do Grupo de Aviação (GAVI), da Secretaria de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania (Sesdec), além do apoio logístico do Exército Brasileiro. Também participaram da ação integrantes da Coordenadoria de Operações e Recursos Especiais (CORE), da Polícia Civil, e agentes da Receita Federal, que utilizaram um cão farejador durante as buscas.

Após a apreensão, os 1.250 quilos de drogas foram encaminhados à Delegacia da Polícia Federal em Guajará-Mirim. A investigação busca esclarecer as circunstâncias em que o material foi encontrado, identificar os responsáveis e apurar a possível participação de organizações criminosas. Os envolvidos poderão responder por tráfico de drogas.

A Operação Madeira-Mamoré reúne diferentes instituições no enfrentamento aos crimes transfronteiriços nos municípios de Guajará-Mirim e Nova Mamoré. Além da Polícia Federal, participam a Polícia Civil, por meio do Departamento Estadual de Prevenção e Repressão a Narcóticos (Denarc), a Polícia Militar, por meio do Batalhão de Polícia de Fronteira (BPFron), a Polícia Rodoviária Federal e a Força Nacional de Segurança Pública, com apoio do Centro de Cooperação Policial Internacional da Amazônia (CCPI-Amazônia).

Fonte: News Rondônia



MPRO
Ministério Público do Estado de Rondônia
em defesa da sociedade

SECRETARIA-GERAL
SEÇÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO

O Ministério Público do Estado de Rondônia, doravante denominado MPRO, comunica aos interessados que realizará licitação, autorizada pelo Processo Administrativo nº 19.25.110001027.0015883/2026-07 na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, tipo de licitação MENOR PREÇO, com itens de PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE ME/EPP e itens de AMPLA PARTICIPAÇÃO, garantidas as prerrogativas de tratamento diferenciado a ME e EPP, a qual será processada e julgada em conformidade com a Lei Complementar nº 123, de 2006, pelas Leis Federais nº 14.133, de 2021 e nº 12.846, de 2013, bem como pela Lei Estadual nº 2.414, de 2011, pelas Resoluções nº 05/2026-PGJ e nº 25/2026-PGJ, pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 2022, subsidiariamente pelo Decreto Estadual nº 28.874, de 2024, no que couber, e desde que haja compatibilidade e ausência de norma conflitante do próprio MPRO, e pelas demais normas pertinentes, bem como pelas condições constantes no Processo Licitatório nº 29/2026, modalidade de Pregão Eletrônico nº 23/2026, do Edital e seus respectivos anexos, que dele fazem parte integrante, tendo como objeto a aquisição de brindes institucionais personalizados (pin metálico ou botton resinado, camisetas polo, suportes para smartphone com porta-canetas e bolsas térmicas corporativas), destinados ao atendimento do Projeto Comemorativo dos 45 Anos do Ministério Público do Estado de Rondônia.

ENCAMINHAMENTO DAS PROPOSTAS
Período: 13.11.2026 a 27.11.2026.
Horário: até as 9h30 do dia 27.11.2026 (horário de Brasília – DF).
Local: site eletrônico Compras.gov.br.
Unidade Compradora (UASG): 925040

ABERTURA DAS PROPOSTAS DE PREÇOS E SESSÃO DE DISPUTA
Data: 27.11.2026.
Horário: às 9h30 (horário de Brasília – DF).

O Edital estará disponível para consulta através dos seguintes endereços eletrônicos: Compras.gov.br e www.mpro.mp.br e poderá ser solicitado ao Ministério Público do Estado de Rondônia, conforme o seguinte endereço eletrônico e telefones:
Dias: segunda a sexta-feira, em dias úteis.
Horário: de 8h as 15h (horário de Brasília – DF).
Local: Procuradoria-Geral de Justiça, Rua Jamary, nº 1555, bairro Olaria, CEP 76.801-917, Porto Velho/RO, sala da Seção de Licitações e Contratos, Torre II, 2º andar.
Fones: (69) 3216-3853/3216-3974/3216-3969.
E-mail: selic@mpro.mp.br
Porto Velho, 12 de novembro de 2026.

Dayvison da Silveira Ferreira
Pregoeiro

Versão Digital agazetaderondonia.com.br



Evento de tecnologia e transformação digital reúne mais de 2.700 participantes em Porto Velho

Com mais de 2.700 participantes em atividades, ao longo de três dias de programação, o 3º Conexão Tech.RO 2026, promovido pelo governo de Rondônia, concluiu sua terceira edição, organizado pela Superintendência Estadual de Tecnologia da Informação e Comunicação (Setic), o evento ocorreu nos dias 3, 4 e 5 de novembro, e reuniu diversos estudantes, profissionais, entusiastas e instituições parceiras durante os três dias, que juntos somaram mais de 50 atividades voltadas à inovação, transformação digital e troca de conhecimento.

A programação incluiu várias palestras, oficinas práticas, workshops, minicursos e duas rodas de conversas. Todas as atividades foram distribuídas em onze ambientes simultâneos em uma instituição de ensino superior privada, que sediou o encontro.

INOVAÇÃO, CONHECIMENTO E INTEGRAÇÃO

Ao longo da programação do último dia do evento os participantes tiveram acesso a temas, como:

Inovação, Tecnologia e Sustentabilidade

Fibra Óptica

Culture hacking no serviço público

Assistente de Programação com IA (Codex E Claude Code)

Bioinformática e inteligência artificial

Montagem e manutenção de computadores

Um dos temas debatidos no evento foi sobre o uso da tecnologia computacional no monitoramento e na gestão de crises climáticas na região amazônica, com a roda de conversa “Computação aplicada às emergências climáticas no bioma amazônico”. A atividade abordou a importância da tecnologia como ferramenta estratégica para compreender e enfrentar as emergências climáticas. Durante a conversa que reuniu servidores da Setic e o Gerente Regional no Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (Censipam) do Ministério da Defesa, Caê Moura, foram exploradas as possibilidades de utilização de recursos tecnológicos, sistemas de monitoramento e análise de dados na identificação de riscos ambientais, na previsão de eventos extremos e no desenvolvimento de soluções que contribuam para a prevenção e a redução dos impactos causados pelas mudanças climáticas. A discussão também destacou como a inovação tecnológica pode auxiliar na preservação da Amazônia e na proteção das populações que vivem na região.

Outro destaque da programação foi a premiação do Hackathon, evento de competição concomitante, voltada ao desenvolvimento de soluções tecnológicas para desafios da administração pública. A equipe The Ligers, formada por alunos de uma instituição de ensino superior privada, André Dhiogo de Aguiar Muiva e Ligia Silva do Nascimento, venceu a premiação da Setic, ao criar uma solução para o desafio Banco de Talentos.

RECORDES DA EDIÇÃO 2026

O diretor-técnico da Setic, Gabriel Carrijo destacou a evolução do evento. “Cada edição consolida o Conexão Tech.RO como o maior evento de tecnologia do estado de Rondônia. Passamos de 1200 para 1364 inscritos, um crescimento de cerca de 17% em relação à edição anterior, e isso nos mostra que existe demanda real por conhecimento, inovação e troca entre estudantes, profissionais e o serviço público. Foram três dias, com mais de 50 atividades e um público que participou, perguntou e produziu, como no Hackathon e no CTF”.

Texto: Fernanda Silva, supervisionada por Beatriz Galvão
Fotos: Izaias Silva/Beatriz Galvão
Secom - Governo de Rondônia

